



## 01. Câmara Municipal

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei Orgânica do Município de Teresina, de 05 de abril de 1991.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Votar o Orçamento Anual e o Plano Plurianual, bem como autorizar abertura de créditos adicionais;</li><li>- Legislar sobre os tributos e estabelecer critérios para fixação dos preços de serviços municipais;</li><li>- Autorizar operações de créditos, bem como, a forma dos meios de pagamento;</li><li>- Autorizar alienação, doação ou cessão de bens;</li><li>- Aprovar o plano de desenvolvimento local;</li><li>- Criar e extinguir cargos públicos e fixar os respectivos pagamentos;</li><li>- Legislar sobre todas as matérias de interesse do município.</li></ul>

## 02. Secretaria Municipal de Governo

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei nº 2.959, de 26 de dezembro de 2000.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Prestar assistência direta e indiretamente ao Prefeito em cumprimento a agenda, tendo sob sua responsabilidade a disciplina de audiências, cerimonial e representação social, como também o desempenho de missões específicas, formal e expressamente atribuídas pelo prefeito, através de atos próprios, despachos e ordens verbais, articulação parlamentar e representação institucional, controle interno e segurança.</li></ul>

## 03. Gabinete do Vice-Prefeito

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei nº 2.959 de 26 de dezembro de 2000</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Assessorar o Prefeito;</li><li>- Substituir o Prefeito em seus impedimentos;</li><li>- Cumprir atribuições delegadas pelo Prefeito.</li></ul>

## 04. Procuradoria Geral do Município

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei complementar nº 2.626 de 30 de dezembro de 1997.</li><li>- Regimento Interno Dec. Nº 3.671, de 23 de janeiro de 1998.</li><li>- Lei nº 2.959, de 06 de dezembro de 2000.</li><li>- Lei nº 3.596, de 21 de dezembro de 2006.</li><li>- Lei nº 3.938, de 30 de novembro de 2010.</li><li>-</li><li>- Lei nº 3.939, de 30 de novembro de 2010.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Promover a representação judicial e extra-judicial do município;</li><li>- Executar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos da administração municipal.</li></ul> <p>Institui o Fundo Especial de Honorários da Procuradoria Geral do Município de Teresina. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 3.606, de 29 de dezembro de 2006 (Código Tributário do Município de Teresina).</p>

## 05. Secretaria Municipal de Comunicação Social

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei nº 2.959, de 06 de dezembro de 2000.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Planejar, organizar, coordenar e executar atividades na área de imprensa e comunicação social na esfera da administração pública municipal.</li></ul>



## 06. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei nº 2.264, de 16 de dezembro de 1993;</li><li>- Lei nº 2.265, de 16 de dezembro de 1993;</li><li>- Decreto nº 3.658, de janeiro de 1998;</li><li>- Decreto nº 3.773, de março de 1998;</li><li>- Lei nº 2.959, de 06 de dezembro de 2000.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Formular e coordenar o planejamento econômico-social, orçamentário, físico e territorial do município; bem como executar o plano de desenvolvimento da cidade e captar recursos financeiros.</li></ul>

## 07. Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Decreto nº 3.673, de 23 de janeiro de 1998;</li><li>- Lei nº 2.959, de 06 de dezembro de 2000.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Formalizar diretrizes e metas pertinentes à administração municipal;</li><li>- Desenvolver ações que estimulem a modernização administrativa e a elevação da capacidade operacional dos órgãos municipais;</li><li>- Planejar, coordenar e controlar a execução das atividades de pessoal, patrimônio, material e serviços auxiliares;</li><li>- Verificar a execução e cumprimento de contrato de locação de bens móveis e imóveis e de prestação de serviços especializados e assistência técnica celebrados pelos órgãos da administração direta do município;</li><li>- Administrar serviços de imprensa oficial e de acompanhamento de documentação.</li></ul>

## 08. Secretaria Municipal de Finanças

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei nº 2.959, de 06 de dezembro de 2000.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Executar a política fazendária municipal;</li><li>- Planejar, coordenar e acompanhar as atividades do sistema tributário municipal; acompanhar e aplicar a legislação fiscal, propondo medidas que visem aumentar a eficiência da administração tributária;</li><li>- Acompanhar e controlar a execução orçamentária da administração municipal.</li></ul>

## 09. Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;</li><li>- Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996;</li><li>- Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996;</li><li>- Decreto nº 2.264, de 27 de junho de 1997;</li><li>- Decreto nº 3.669, de 23 de janeiro de 1998;</li><li>- Lei nº 2.959, de 06 de dezembro de 2000.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Administrar, supervisionar e formular planos, programas e metas visando à melhoria da qualidade do ensino da rede pública municipal.</li></ul>

## 10. Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei nº 2.959, de 06 de dezembro de 2000.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Planejar, executar e supervisionar as atividades esportivas, recreativas e de lazer;</li><li>- Fomentar os desportos no município.</li></ul>



### 11. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei nº 2.959, de 26 de dezembro de 2000.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Apoiar a produção e a comercialização de produtos e serviços locais;</li><li>- Planejar, executar e coordenar políticas de geração de emprego e renda, defesa do consumidor, promoção empresarial e apoiar as ações de turismo.</li></ul>

### 12. Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei nº 2.184, de 14 de janeiro de 1993;</li><li>- Lei nº 2.226, de 11 de agosto de 1993;</li><li>- Decreto nº 2.245, de 18 de fevereiro de 1993;</li><li>- Lei nº 2.456, de 18 de janeiro de 1996;</li><li>- Decreto nº 2.686, de 21 de julho de 1998;</li><li>- Lei nº 2.959, de 06 de dezembro de 2000.</li><li>- Lei nº 4.355, de 21 de dezembro de 2012</li><li>- Lei nº 4.320, de 02 de agosto de 2012</li><li>- Lei nº 4355, de 21 de dezembro de 2012</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Planejamento, execução e avaliação da política municipal de assistência social;</li><li>- Coordenação da execução da política nacional de assistência ao idoso, à pessoa portadora de deficiência, à criança e ao adolescente no município;</li><li>- Promoção do trabalho;</li><li>- Proteção e defesa dos direitos da mulher, idoso, deficiente e famílias;</li><li>- Proteção e defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.</li></ul>

### 13. Secretaria Municipal da Juventude

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei nº 3.617, de 23 de março de 2007.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Estruturar políticas públicas de juventude;</li><li>- Contribuir para a inclusão e afirmação social do jovem teresinense.</li></ul>

### 14. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei nº 3.616, de 23 de março de 2007.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Promover a educação ambiental, a preservação e a proteção do meio ambiente;</li><li>- Promover o uso sustentável dos recursos hídricos.</li></ul>

### 15. Superintendência de Desenvolvimento Urbano – Centro/Norte

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei nº 2.959, de 26 de dezembro de 2000;</li><li>- Lei nº 2.960, de 26 de dezembro de 2000;</li><li>- Lei nº 3.228, de 22 de setembro de 2003;</li><li>- Lei nº 3.618, de 23 de março de 2007.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Executar de forma descentralizada as políticas públicas referentes aos serviços urbanos básicos, fiscalização e controle, obras e serviços de engenharia, habitação e urbanismo, observando o planejamento municipal.</li></ul>

### 16. Superintendência de Desenvolvimento Urbano – Sul

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei nº 2.959, de 26 de dezembro de 2000;</li><li>- Lei nº 2.960, de 26 de dezembro de 2000;</li><li>- Lei nº 3.228, de 22 de setembro de 2003;</li><li>- Lei nº 3.618, de 23 de março de 2007.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Executar de forma descentralizada as políticas públicas referentes aos serviços urbanos básicos, fiscalização e controle, obras e serviços de engenharia, habitação e urbanismo, observando o planejamento municipal.</li></ul>



## 17. Superintendência de Desenvolvimento Urbano – Leste

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei nº 2.959, de 26 de dezembro de 2000;</li><li>- Lei nº 2.960, de 26 de dezembro de 2000;</li><li>- Lei nº 3.228, de 22 de setembro de 2003;</li><li>- Lei nº 3.618, de 23 de março de 2007.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Executar de forma descentralizada as políticas públicas referentes aos serviços urbanos básicos, fiscalização e controle, obras e serviços de engenharia, habitação e urbanismo, observando o planejamento municipal.</li></ul>

## 18. Superintendência de Desenvolvimento Rural

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei nº 2.959, de 26 de dezembro de 2000;</li><li>- Lei nº 2.965, de 26 de dezembro de 2000;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Atuar na implementação de infra-estrutura básica para o desenvolvimento da zona rural com o objetivo de fixar o homem no campo.</li></ul>

## 19. Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;</li><li>- Lei Municipal nº 2.620, de 26 de dezembro de 1997;</li><li>- Lei nº 2.959, de 26 de dezembro de 2000.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Elaborar estudos, planos, pesquisas e programas de transportes públicos, trânsito e sistema viário;</li><li>- Executar as atividades referentes a permissões, concessões e registros dos serviços delegados;</li><li>- Executar as ações de fiscalização de trânsito no âmbito municipal;</li><li>- Coordenar e fiscalizar a operação dos serviços de transportes públicos de passageiros;</li><li>- Disciplinar os estacionamentos rotativos, públicos e privados.</li></ul>

## 20. Empresa Teresinense de Desenvolvimento Urbano

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei nº 1.485, de 15 de agosto de 1975;</li><li>- Lei nº 2.572, de 20 de outubro de 1997;</li><li>- Lei nº 2.959, de 26 de dezembro de 2000.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Programar e executar obras em áreas urbanas.</li></ul>

## 21. Empresa Teresinense de Processamento de Dados

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei nº 2.135, de 02 de julho de 1992.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços de informática de administração do município.</li></ul>

## 22. Fundação Municipal de Saúde

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei nº 9.954, de 26 de dezembro de 2000.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Prestar serviços de assistência médica ambulatorial, hospitalar, odontológica e sanitária à população, através de rede própria de assistência à saúde sendo complementada pela rede privada e pública estadual e federal, através de convênios e contratos;</li><li>- Elaborar e executar programas, projetos e atividades visando ao controle epidemiológico.</li></ul>



### 23. Fundação Cultural Monsenhor Chaves

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei nº 1.842, de 26 de fevereiro de 1986;</li><li>- Decreto nº 1.323, de 06 de setembro de 1989;</li><li>- Lei nº 2.184, de 14 de janeiro de 1993.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Assessorar a administração na formulação das diretrizes da política cultural do município;</li><li>- Compatibilizar as ações culturais de âmbito municipal com os planos, programas e projetos dos governos federal e estadual;</li><li>- Preservar o patrimônio histórico e cultural do município.</li></ul>

### 24. Fundação Wall Ferraz

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei Municipal nº 2.586, de 01 de dezembro de 1997;</li><li>- Decreto nº 3.847, de 29 de junho de 1998;</li><li>- Decreto nº 4.349, de 31 de março de 2000;</li><li>- Decreto nº 4.399, de 05 de junho de 2000;</li><li>- Lei Municipal nº 2.959, de 26 de dezembro de 2000.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Planejar, coordenar e executar projetos de ações que objetivam a geração de emprego e renda;</li><li>- Capacitar, treinar e apoiar gerencial e financeiramente atividades produtivas beneficiando trabalhadores autônomos, microempresas e grupos de produção.</li></ul>

### 25. Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Teresina

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei nº 2.184, de 14 de janeiro de 1993;</li><li>- Resolução nº 01, de 05 de fevereiro de 1993;</li><li>- Lei nº 2.480, de 23 de julho de 1996;</li><li>- Lei nº 2.959, de 26 de dezembro de 2000;</li><li>- Lei nº 2.969, de 11 de janeiro de 2001;</li><li>- Lei nº 2.970, de 12 de janeiro de 2001.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Concessão de benefícios de aposentadorias e pensões a servidores e dependentes;</li><li>- Garantir aos segurados e dependentes a assistência médica e odontológica através de clínicas, laboratórios e consultórios conveniados ao IPMT;</li><li>- Administrar os recursos destinados a promover a assistência geral aos servidores públicos do município de Teresina.</li></ul>

### 26. Superintendência de Desenvolvimento Urbano – Sudeste

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei nº 2.960, de 26 de dezembro de 2000;</li><li>- Lei nº 3.228, de 22 de setembro de 2003;</li><li>- Lei nº 3.618, de 23 de março de 2007;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Executar de forma descentralizada as políticas públicas referentes aos serviços urbanos básicos, fiscalização e controle, obras e serviços de engenharia, habitação e urbanismo, observando o planejamento municipal.</li></ul>

### 27. Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos de Teresina

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei nº 3.600, de 22 de dezembro de 2006.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Normatizar, planejar, acompanhar, controlar e fiscalizar as concessões, permissões e autorizações submetidas à sua competência.</li></ul>

### 30. Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none"><li>- Lei nº 4.197 de 1º de Dezembro de 2011</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Formular, Executar e monitorar a Política de Habitação e Regularização Fundiária através de programas, projetos e ações que favoreçam o desenvolvimento pleno das funções sociais da cidade de Teresina.</li></ul>



### 31. Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres

<b>Legislação</b>	<b>Finalidades</b>
- Lei nº 4.197 de 1º de Dezembro de 2011	- Assessorar, assistir, apoiar, articular e acompanhar ações, programas e projetos voltados à mulher.

### 34. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação

<b>Legislação</b>	<b>Finalidades</b>
- Lei nº 4.359 de 22 de Janeiro de 2013	- Assessorar, assistir, apoiar, articular e acompanhar ações, programas e projetos voltados à serviços urbanos e habitação.

### 35. Secretaria Municipal de Economia Solidária de Teresina

<b>Legislação</b>	<b>Finalidades</b>
- Lei nº 4359 de 22 de Janeiro de 2013	- Assessorar, assistir, apoiar, articular e acompanhar ações, programas e projetos voltados à economia de Teresina.

### 38. Secretaria Municipal de Concessão e Parcerias

<b>Legislação</b>	<b>Finalidades</b>
- Lei nº 4.970 de 26 de Dezembro de 2016	- Assessorar, assistir, apoiar, articular e acompanhar ações, programas e projetos voltados à Águas e Esgoto de Teresina.